

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Trabalho profissional**

## **PERFIL PROFISSIONAL E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS**

**TEREZINHA DE FÁTIMA RODRIGUES<sup>1</sup>**

**VALTER MARTINS<sup>2</sup>**

**ALINE LEITE DE SOUZA<sup>3</sup>**

**NAJILA THOMAZ DE SOUZA<sup>4</sup>**

### **RESUMO**

O objetivo da reflexão volta-se a aproximações teóricas no campo da Teoria da Reprodução Social (TRS) relacionadas às condições de vida e de trabalho de assistentes sociais, com base na apreensão de elementos do perfil profissional a serem na pesquisa em curso, cotejando com dados da pesquisa sobre o “Perfil de assistentes sociais no Brasil”, publicada pelo CFESS em 2022.

**Palavras-Chave:** Perfil Profissional; Reprodução Social; Força de Trabalho; Assistentes Sociais.

### **ABSTRACT**

This text is part of the ongoing research: “Social Work, Technology, and the New Morphology of Work,” conducted by a research group within the Graduate Program in Social Work. The research aims to scrutinise and explore the dimensions on the field of Social Reproduction Theory (SRT) related to the living and working conditions of social workers, based on the collection of elements from the professional profile to be gathered in the current research. This will be compared with data from the study “Profile of Social Workers in Brazil,” published by CFESS in 2022.

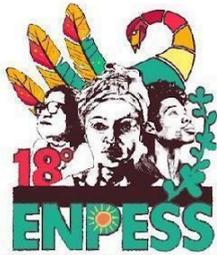
---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Paulo

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>3</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

<sup>4</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Keywords:** Professional Profile; Social Reproduction; Workforce;  
Social Workers.

## 1 Introdução

Este texto analisa o campo da reprodução social como inerente às condições de vida e trabalho dos/as assistentes sociais. A pesquisa do CFESS (2022)<sup>5</sup> destaca que o Serviço Social permanece sendo uma profissão predominantemente feminina, inserida no contexto da produção e reprodução social. Os/As assistentes sociais compõem a classe trabalhadora e, portanto, estão envolvidos/as nos mesmos processos de intensificação e precarização do trabalho, ampliados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e pelas configurações do trabalho após a pandemia da Covid-19, especialmente as formas híbridas de trabalho, como o teletrabalho no espaço doméstico.

No contexto da acumulação capitalista, o valor da força de trabalho é crucial e o capital está constantemente buscando aumentar seu valor. Considerando esse importante balizador, ampliando pela compreensão de que o tempo de vida das mulheres é funcional à lógica capitalista, o artigo faz aproximações conceituais sobre o perfil dos/as assistentes sociais no campo da reprodução social e, em conjunto com os resultados da pesquisa CFESS (2022), apresenta alguns itens do questionário aplicado aos assistentes sociais, relacionados à pesquisa em curso que, dentre um de seus objetivos, busca ampliar as possibilidades de conhecimento do perfil profissional ao vincular a discussão à reprodução social. Ressalta-se que essa não é uma discussão nova, inaugurada na década de 1980, na clássica e fundamental obra de Iamamoto e Carvalho<sup>6</sup>, no esforço teórico de compreender como esse trabalho é expropriado e profundamente funcional à lógica da acumulação capitalista,, situando o Serviço Social na dinâmica da reprodução das relações sociais. As “respostas às exigências básicas da reprodução da vida da classe trabalhadora, social e historicamente definidas, são transformadas, pela lógica que preside o processo de valorização, num meio e diversificação dos ramos de aplicação produtiva do capital” (Iamamoto; Carvalho, 1986, p. 101). Assim, a reprodução das relações sociais é a “reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente

---

<sup>5</sup> CFESS, Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional, 1a. etapa, 2022. Verificou-se em relação às/aos respondentes, que no ano de 2019, tínhamos no Brasil, 176.524 assistentes sociais com inscrições ativas. O recadastramento alcançou 44.212 assistentes sociais em todo o Brasil. link: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

<sup>6</sup> IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez Editora; Lima, Peru: CELATS, 1982.

determinada dos indivíduos em sociedade” (ibidem, p. 72).

Para viver e trabalhar impõe-se a necessidade de reproduzir a força de trabalho, o que, em primeiro lugar, significa “regenerar o trabalhador ou a trabalhadora; em segundo, significa manter e regenerar a família da trabalhadora (ou as trabalhadoras em um sentido mais amplo)” (Arruza, 2023, p. 621) e este trabalho reprodutivo tem sido realizado predominantemente por mulheres. Em uma sociedade conservadora, o papel da mulher foi legitimado e naturalizado no campo da reprodução na esfera privada, mascarando o componente político e econômico da lógica da acumulação capitalista.

A articulação dessa reflexão aos elementos do perfil profissional de assistentes sociais, com o cotejamento dos dados da pesquisa CFESS (2022) e a pesquisa em andamento, abre importantes chaves de análise sobre as condições de vida e trabalho de assistentes sociais.

Com isso, neste texto, como parte da abordagem metodológica, utilizamos a pesquisa do perfil de assistentes sociais no Brasil realizada pelo CFESS (2022) e os elementos do perfil, construídos coletivamente para a pesquisa em andamento, como base para as análises teóricas fundamentadas na Teoria da Reprodução Social (TRS). O objetivo desta reflexão é apoiar as abordagens teóricas desse campo da reprodução social nas condições de vida dos/as assistentes sociais, considerando que para a TRS a totalidade social é categoria central para a compreensão da realidade e, portanto, suas contribuições são essenciais para o Serviço Social, em especial, na apreensão de elementos do perfil profissional que captam essas correlações.

O presente texto possui três subitens, sendo o primeiro voltado às reflexões teóricas sobre os elementos constitutivos da TRS e as implicações para o Serviço Social; o segundo, sobre a importância do perfil profissional e a ampliação dos elementos constitutivos desse perfil que podem ser captados pela pesquisa em andamento; e o terceiro, aponta alguns desafios postos ao trabalho dos/as assistentes sociais pelo avanço do teletrabalho e pela intensificação do uso das TIC, com impactos no espaço doméstico.

## **2 A Teoria da Reprodução Social (TRS) e suas implicações para o Serviço Social**

A TRS tem suas raízes no pensamento marxista e feminista, abordando a inter-relação entre a produção econômica e a reprodução social. Enfatiza que a reprodução social é essencial para a continuidade do sistema capitalista, abrangendo atividades como o cuidado

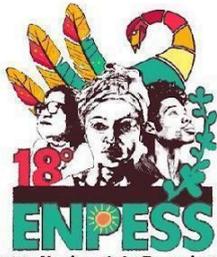
doméstico, educação dos filhos e “trabalho emocional”, que muitas vezes são invisibilizados e subvalorizados na sociedade (Ferreira, 2017).

Marx e Engels (2007) discutem a produção e a reprodução da vida como elementos centrais da historicidade das relações sociais, destacando a divisão do trabalho entre os sexos como uma das primeiras formas de subordinação social (Ferreira, 2020). Feministas marxistas, como Lise Vogel (2022 *apud* Martins; Oliveira, 2023), desenvolveram essas análises, argumentando que a reprodução social é um processo histórico e social que envolve trabalho não remunerado, fundamental para a sustentação da vida humana e para a acumulação de capital (Martins; Oliveira, 2023).

A TRS também se baseia nas contribuições da economia feminista, que propõe colocar a reprodução social e o cuidado da vida no centro da análise econômica e da organização social. Esta abordagem destaca a interdependência entre os seres humanos e entre estes e a natureza, uma dimensão essencial da vida social que é desconectada pelo patriarcado capitalista (Ferreira, 2020). A economia feminista postula que a interdependência entre seres humanos e natureza é uma dimensão incontestável da vida social. O indivíduo livre que nasce inserido nas relações capitalistas é sustentado pelo trabalho não remunerado das mulheres. Assim, a ideologia do indivíduo autossuficiente é uma negação da interdependência que funda a condição humana (Martins; Oliveira, 2023).

A TRS oferece uma lente crítica para analisar as condições de vida e trabalho, desvelando como o trabalho reprodutivo e de cuidado, realizado por mulheres, contribui para a sustentação da economia capitalista. Esse trabalho não remunerado é essencial para a reprodução da força de trabalho, permitindo que os/as trabalhadores/as assalariados/as reponham suas energias para se dedicar às atividades produtivas remuneradas, além de gerar os/as novos/as trabalhadores/as indispensáveis para a sua continuidade. Economistas feministas, como Antonella Picchio (2011), argumentam que a reprodução social é central para a análise do mercado de trabalho, determinando a posição dos indivíduos dentro dele e estruturando as relações entre classes e intraclasses (Picchio, 2011 *apud* Ferreira, 2020). A TRS permite uma compreensão mais ampla das desigualdades de classe, gênero e raça, demonstrando como elas estão entrelaçadas na organização do trabalho e na distribuição desigual de recursos.

A análise da TRS também destaca como as políticas públicas e as estruturas sociais reforçam a divisão sexual do trabalho, perpetuando a subordinação das mulheres e a desvalorização do trabalho reprodutivo. Isso é evidente na resistência das instituições públicas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

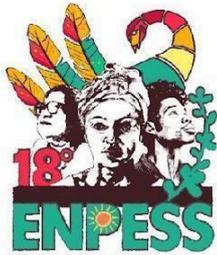
10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

em assumir responsabilidades diretas pelos serviços de cuidado e proteção que tradicionalmente são realizados pelas famílias, principalmente pelas mulheres, resultando em um aumento da carga de trabalho não remunerado para estas (Ferreira, 2020). As formas de organização da reprodução social humana assumem contornos particulares à medida que a reprodução da população para o capital também se modifica. As necessidades concretas de formação da força de trabalho sob a acumulação flexível, por exemplo, são mediadas pela disseminação de novos valores e ideologias sobre a família e a maternidade que estão enraizadas nas relações de produção (Ferreira, 2020). Essa dispersão de novos valores e ideologias indica que as ideologias e os valores relacionados à família e à maternidade são moldados pelas relações de produção. Isso evidencia a influência das condições econômicas e das estruturas produtivas sobre as percepções e expectativas sociais em relação à família e ao papel social das mulheres.

Nesses termos, a TRS é relevante para a compreensão do perfil profissional das e dos assistentes sociais, pois são profissionais diretamente envolvidos na interface dos processos que medeiam a relação entre produção e reprodução social, sendo uma categoria majoritariamente feminina. Os/As Assistentes sociais lidam frequentemente com as expressões da questão social, circunscritas nas situações relacionadas à família, à saúde, à educação e à previdência, áreas centrais para a reprodução social, especialmente da força de trabalho. O conhecimento da TRS permite que os/as assistentes sociais compreendam as raízes estruturais das desigualdades e as condições de vida das populações com as quais trabalham. A partir dessa compreensão podem desenvolver intervenções críticas e conscientes das dinâmicas de poder e opressão que moldam a vida cotidiana das pessoas. Além disso, a TRS ajuda a entender a própria profissão do Serviço Social como partícipe do sistema de reprodução social, a partir do qual assistentes sociais geralmente fazem a mediação entre o Estado e as famílias, desempenhando um papel crucial na implementação de políticas sociais que afetam diretamente a reprodução da força de trabalho e a sustentabilidade da vida humana (Martins; Oliveira, 2023).

A TRS também ilumina como as políticas neoliberais impactam a reprodução social, exacerbando as desigualdades e aumentando a precariedade do trabalho nas políticas sociais. A financeirização da vida e o endividamento, conforme analisado por Gago (2019 *apud* Ferreira, 2020), disciplinam as famílias pobres e reforçam formas conservadoras de organização familiar, o que se reflete no trabalho profissional dos/as assistentes sociais (Ferreira, 2020). Os modos de organização da reprodução social humana assumem contornos particulares também à medida que a reprodução da população para o capital também se modifica do ponto de vista de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

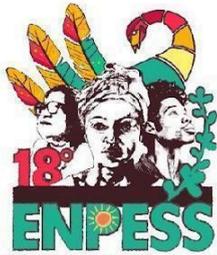
sua morbidade, mortalidade e expectativa de vida (Ferreira, 2020).

Nesses termos, a TRS pode explicar as dinâmicas de reprodução da força de trabalho dos/as assistentes sociais ao analisar como as condições de trabalho e de vida destas/es profissionais estão imbricadas com as exigências do trabalho assalariado no sistema capitalista. Os/As Assistentes sociais, muitas vezes, enfrentam jornadas de trabalho extensas, baixos salários e sobrecarga emocional, refletindo a subordinação do trabalho de cuidado\serviços ao sistema de produção capitalista. Os conceitos de *sistema de reprodução social* e *processo de reprodução social do trabalho* de Picchio são úteis para esta análise (Picchio, 2011 *apud* Ferreira, 2020), ao destacar a interdependência entre trabalho doméstico e trabalho assalariado, e como o Estado e as organizações sociais incidem nessa dinâmica societária (Ferreira, 2020; Martins; Oliveira, 2023). Assim, assistentes sociais, como agentes facilitadoras/es da reprodução social da vida de parcela da classe trabalhadora, também estão sujeitas/os a essas mesmas pressões e contradições.

### **3 Aproximações ao perfil profissional das/os assistentes sociais articulado ao campo da reprodução social**

Verificar como os/as assistentes sociais, no contexto de suas vidas cotidianas, participam dos processos de produção e reprodução social, é um dos objetivos da pesquisa que está sendo desenvolvida no PPG em Serviço Social. A pesquisa será realizada em duas etapas: a primeira envolverá o preenchimento de um questionário com perguntas semiestruturadas por meio do *google forms* e será fundamental para aprofundar o conhecimento sobre as (re)configurações do trabalho dos/as assistentes sociais em distintas áreas e espaços ocupacionais, bem como possibilitará o levantamento de dados amplos sobre o perfil dessas/os trabalhadoras/es. A segunda etapa contará com entrevistas em profundidade, com questões abertas, em uma amostra intencional a fim de aprofundar os dados identificados como de maior relevância na primeira etapa.

Consideramos que a pesquisa ampliará a análise ao compará-la com os dados da pesquisa CFESS (2022), que apresentou resultados importantes no sentido de apreender elementos mais próximos do campo da reprodução social. Um deles é histórico, e está relacionado ao fato de que a maioria dos/as assistentes sociais ser do sexo feminino, com 92,9% da categoria se autodescrevendo dessa forma. Soma-se a isso os números expressivos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

da jornada de trabalho acima de 30 horas: 21,6% entre 31 a 40 horas e 9,5% acima de 41 horas, ou seja, quase 31% informaram trabalhar mais de 30 horas semanais, apesar da lei que limita a jornada de trabalho de assistentes sociais a 30hs.

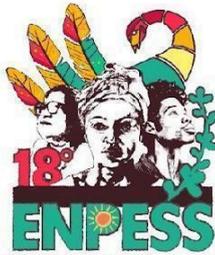
Correlacionando à condição feminina, os dados mostram que as assistentes sociais, assim como as demais trabalhadoras, estão sujeitas a longas jornadas de trabalho, que incluem também atividades domésticas como cuidar dos filhos e/ou pais idosos, manter a organização e a limpeza do espaço doméstico, entre outras tarefas que compõem o universo da reprodução social.

São essas situações que a pesquisa em desenvolvimento procurará averiguar e aprofundar, como por exemplo: questões de raça/cor; etnia, se indígena ou quilombola reunindo situações culturais distintas que têm a ver com outras formas de organização social, porém, presentes no papel das mulheres na sua relação com a comunidade indígena ou quilombola. No que se refere ao pertencimento étnico-racial dos/as profissionais na pesquisa do CFESS (2022), os dados indicam que metade se reconhece como negra e parda, resultando em 50,3% dos/as participantes, seguidos dos/as profissionais autodeclarados/as brancos/as com 46,9%. As demais identidades étnico-raciais representam menos de 3% dos/as participantes.

As desigualdades de gênero e de raça são eixos estruturantes da matriz de desigualdade social no Brasil, diretamente associada à permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. Isto porque persistem historicamente no mercado de trabalho brasileiro diferenciais salariais relacionados a gênero e raça/cor, evidenciados por inúmeras pesquisas (Abramo, 2006).

Todas essas condições, somadas ao contexto neoliberal no qual os/as assistentes sociais estão inseridos/as e, conseqüentemente, são afetados/as - seja como trabalhadores/as precarizados/as e desprotegidos/as, seja como indivíduos inseridos em uma sociedade conservadora e patriarcal -, corroboram para um contexto no qual esses profissionais assumem tarefas no âmbito da reprodução social da vida como uma estratégia de sobrevivência.

Uma outra pergunta do questionário da pesquisa procura saber quantas pessoas vivem no agregado familiar e suas relações familiares. Se fazem trabalho doméstico em casa ou se dependem de outras pessoas (em caso afirmativo, quais) e para quais atividades. Ou ainda se assistentes sociais prestam sistematicamente cuidados a outras pessoas do agregado familiar e, em caso afirmativo, quais os motivos desses cuidados (pais idosos; filhos/as com deficiências ou outras doenças, entre outros) ou se pagam a terceiros. Além disso, busca-se saber se o/a assistente social ou alguém que vive no domicílio é beneficiário/a de algum



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

programa de transferência monetária ou outros benefícios sociais.

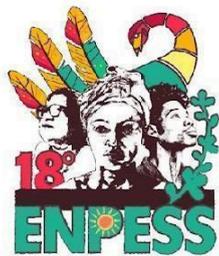
Considerando a pluralidade de teorias feministas e análises presentes na TRS ancoradas nas noções marxianas de trabalho, valor, força de trabalho e reprodução social, há convergências na ideia de que tanto a produção de mercadorias quanto o trabalho reprodutivo e de cuidados compõem a totalidade sistêmica de reprodução do capitalismo, pois ambos são necessários para a regeneração do capital (Grecco, 2018, p. 01). Tais dinâmicas são reveladoras dos conflitos em torno da reprodução social da vida e constituem um ponto chave na disputa entre capital e trabalho, conforme enfatiza a autora.

Quanto aos vínculos profissionais, a pesquisa explora não apenas a natureza/quantidade de vínculos de trabalho no Serviço Social ou em outra área, como nível de rendimentos e jornada de trabalho para compreender as variáveis que compõem a complexa realidade do trabalho remunerado dos/as assistentes sociais, somado ao trabalho não pago exercido nas unidades domésticas.

Os dados da Pesquisa do CFESS (2022) revelam a realidade da categoria profissional relacionada à baixíssima remuneração e ajudam a explicitar a condição concreta dos/as assistentes sociais no que se refere à manutenção das condições materiais de existência. Verifica-se que a maior percentagem de renda está na faixa de 2.000,00 a 3.000,00 mil reais, que representam 24,5% dos/as participantes. Em seguida, 18,% têm renda entre 1.000,00 e 2.000,00 mil reais, 12,2% entre 3.000,00 e 4.000,00 mil reais e 8,6% ganham entre 4.000,00 e 5.000,00 mil reais. Apenas 16,14% ganham mais de 5.000,00 reais, sendo que irrisórios 2% ganham mais de 10.000,00 mil reais. Por fim, assistentes sociais que ganham mais de 15.000,00 mil reais são apenas 0,4%.

Analisando o nível salarial desses/as assistentes sociais pode-se entender a necessidade concreta e objetiva de complementação de renda do principal vínculo para suprir suas necessidades de sobrevivência. Além disso, é preciso reconhecer a demanda por maior qualificação para ingressar em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

E quando se trata de formação continuada, os dados do recadastramento (CFESS, 2022) revelam um número bastante significativo de assistentes sociais (83,1%) que declararam possuir algum tipo de pós-graduação, grande parte (42%) em nível de especialização em instituições privadas, contra apenas 15,9% em instituições públicas. Há predominância de estudos pós-graduados em instituições com fins lucrativos (31,6%) e, chama a atenção que, entre as públicas, as universidades federais comparecem com residuais 9,8%. Os cursos de mestrado e doutorado respondem por 9%.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Essa realidade torna-se compreensível quando analisarmos os elementos relativos à remuneração, composição de gênero, pertencimento étnico-racial, que compõem a realidade cotidiana dos/as profissionais com jornadas de trabalho exaustivas, somadas ao acúmulo de funções do trabalho doméstico. A atual problemática do trabalho doméstico reprodutivo não pago – situada em uma crise que impõe uma nova divisão sexual e internacional do trabalho – é um processo que parece ter impulsionado o desenvolvimento da TRS (Grecco, 2018, p. 97).

#### **4 Os desafios do trabalho de assistentes sociais em tempos de hibridização do trabalho e intensificação do uso das tecnologias da informação e comunicação**

Conforme descrito anteriormente, 92,9% dos/as Assistentes Sociais são mulheres, refletindo-se nos estudos que apontam o aumento significativo da força de trabalho feminina no mercado de trabalho formal brasileiro. Segundo o IPEA (2019)<sup>7</sup>, em 1992, as mulheres eram 56,1%, em 2015 esse percentual subiu para 61,6, com projeção de atingir 64,3% em 2030. Ainda, conforme dados do Boletim Dieese (2024), entre o 4º trimestre de 2022 e o de 2023, a ocupação feminina aumentou 1,65%, acréscimo de 705 mil mulheres sendo que a ocupação das mulheres negras cresceu 2,5% e entre as não negras, a alta foi de 0,7%.

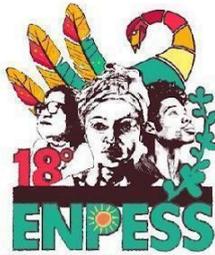
No entanto, a expansão do trabalho feminino se inverte quando se trata de salários, em que os níveis de remuneração das mulheres são, em média, inferiores aos recebidos pelos trabalhadores do sexo masculino, assim como os direitos sociais e trabalhistas, que também são desiguais. Conforme Dieese (2024), no 4º trimestre de 2023, o rendimento médio mensal das mulheres estava na ordem R\$ 2.562, 22,3% menor do que o recebido pelos homens (R\$ 3.323). Entre todas as mulheres ocupadas, 39,9% recebiam no máximo um salário mínimo e, entre as negras, metade ganhava até esse valor (49,4%), enquanto essa proporção era de 29,1% entre as não negras e de 29,8% entre os homens.

Concordamos com Nogueira (2011) que foi na década de 1970 que ocorreu um importante passo na luta pela emancipação feminina. Nesse período, ampliou-se a participação das mulheres nas lutas de classes e na organização política sindical, que questionavam incessantemente a precarização do trabalho feminino sob o capitalismo. Algumas das

---

<sup>7</sup> Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/190515\\_bmt\\_66\\_NT\\_decomposicao\\_e\\_projecao.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/190515_bmt_66_NT_decomposicao_e_projecao.pdf). Acesso em: 22/07/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

reivindicações eram relacionadas à conquista de direitos iguais no mundo do trabalho entre homens e mulheres, a começar pela igualdade dos salários e a divisão sexual mais igualitária das tarefas domésticas, no espaço reprodutivo, a fim de libertar as mulheres das triplas jornadas de trabalho.

Porém, prevalece, nas ocupações e profissões que são exercidas geralmente por mulheres, a realidade de menores salários, as mais precárias condições de trabalho e um certo desprestígio social. O Serviço Social, por exemplo, é uma profissão em que a categoria ainda não tem um piso salarial<sup>8</sup>, além dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho.

Durante a pandemia da Covid-19, devido ao caráter do trabalho híbrido (combinação de trabalho presencial e remoto) para algumas áreas profissionais houve a expansão do trabalho domiciliar, que já vinha ocorrendo anteriormente devido à desconcentração do processo produtivo e ao crescimento de pequenas unidades produtivas, mas que se expandiu no contexto pandêmico e se consolidou em algumas áreas.

A possibilidade de disseminação do trabalho em domicílio se deu em decorrência da telemática (ou teleinformática), com a ampliação de formas de flexibilização e terceirização do trabalho e o avanço da horizontalização do capital produtivo. Esse trabalho produtivo mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração das mulheres (ANTUNES, 2007).

No caso das assistentes sociais, durante a pandemia, vários estudos têm apontado o trabalho remoto/presencial como forma de atuação, alterando competências e atribuições e exigindo posicionamentos das entidades da categoria profissional. O trabalho híbrido se configurou em algumas instituições sociais, como a Previdência Social e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde os assistentes sociais vão presencialmente ao trabalho em alguns dias da semana e trabalham remotamente em casa em outros.

Nesse contexto, enfrentam inúmeras dificuldades, a começar pelo fato de que, na maioria das vezes, o empregador não fornecer computador, cadeira, mesa, ar condicionado, celular ou ajuda de custos para o pagar água, energia elétrica e internet. O mecanismo de controle deste trabalho é feito através de sistemas informatizados pelas entidades empregadoras, no entanto, é notório que em muitas situações, no trabalho remoto se trabalha

---

<sup>8</sup> Está tramitando na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1827/2019, que dispõe sobre o piso salarial de assistentes sociais para uma jornada de 30 horas; o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) tem uma atuação importante em defesa da aprovação deste PL. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2103#:~:text=O%20PL%20estabelece%20o%20piso,quem%20trabalha%20na%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%2C>. Acesso em 18/07/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

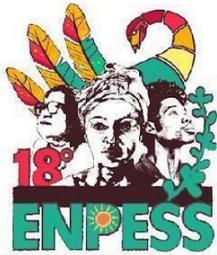
mais pois perde-se o controle do tempo e as metas a atingir aumentam.

Na pesquisa em andamento, no item sobre “condições de trabalho”, perguntamos sobre: espaço para refeição, limpeza adequada, privacidade no atendimento, iluminação adequada, espaço adequado para guardar material técnico de caráter reservado, disponibilidade de equipamentos de proteção individual, equipamentos eletrônicos (computador, impressora, data show etc.), materiais de escritório e materiais técnicos pedagógicos, pois são elementos que incidem diretamente na intensificação e precarização das condições de trabalho e também nos processos de adoecimento de assistentes sociais.

Assim, se por um lado, o trabalho remoto economiza tempo no transporte público (nas grandes cidades isso faz a diferença), por outro lado, para as mulheres, o trabalho profissional é misturado com o trabalho doméstico, e com os cuidados de filhos\as e familiares, aumentando assim o desgaste mental, o stress, as tensões e o adoecimento. De acordo com Ferreira (2017), os dias das mulheres são mais longos, com rotinas diárias repletas de trabalho doméstico não remunerado “*e pela ausência de tempo mesmo entre as mulheres aposentadas, desempregadas ou donas de casa*” (ibidem, p.159).

A pesquisa em curso visa analisar algumas dessas questões com as seguintes perguntas: Quanto tempo você gasta em deslocamento entre residência e o local de trabalho, somando ida e volta? No caso de teletrabalho/home office no espaço doméstico, assinale a estrutura fornecida pela instituição empregadora (computador, programas e softwares, verba para pagamento de energia elétrica/telefone etc.)? Realiza atividades profissionais fora da jornada de trabalho? No caso de teletrabalho no domicílio você dispõe de espaço adequado? Você sofre interrupções do teletrabalho no domicílio? Realiza trabalho doméstico? Quantas horas diárias são ocupadas com o trabalho doméstico? No trabalho doméstico, você efetua cuidados sistemáticos a outras pessoas?

No contexto das possibilidades abertas pelas TICs, não só para os\as Assistentes Sociais, mas para a classe trabalhadora em geral, o celular tornou-se uma ferramenta indispensável e, no caso dos aplicativos, o WhatsApp transformou-se numa ferramenta de trabalho. Essa situação é vivenciada pelos\as Assistentes Sociais que podem ser chamados/as a qualquer hora do dia ou da noite e devem responder imediatamente. É de salientar que para isso, na maioria das vezes, utilizam seu aparelho celular e o pacote de dados. Esse processo evidencia o controle do trabalho, a pressão pelo aumento da produtividade, aprofundando a intensificação e precarização do trabalho e, até mesmo, as formas de relacionamento com a população usuária dos serviços, transformando a própria natureza sociorrelacional do trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

profissional (Raichelis et al, 2017).

Na pesquisa em andamento, surgiram várias indagações sobre o uso do celular como meio de trabalho. Como assistentes sociais o utilizam? Recebem demandas de gestores/coordenadores via WhatsApp? Por meio do celular realizam procedimentos profissionais com os usuários e a rede de serviços? Recebem mensagens de usuários\as ou contacta-os via WhatsApp?

Constata-se que os sistemas de informações e as plataformas digitais estão cada vez mais presentes no cotidiano do trabalho e o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais muitas vezes se dá a partir desses sistemas (CadÚnico; Centrais de Vagas; Banco de Dados do Cidadão; Sistema de Informação do Atendimento aos usuários (SISA); Sistema de Informação da Situação de Rua (SISRua); Processos SEI, MEU INSS, entre outros). Se os avanços tecnológicos que esses sistemas proporcionam são inegáveis, por outro lado, podem ser (e são frequentemente) utilizados pelo Estado-empregador para a burocratização do trabalho, dificultando o acesso da população mais pauperizada às políticas públicas.

Nesse processo, muitas vezes, os\as Assistentes Sociais não recebem treinamento de seus empregadores sobre como acessar sistemas e bancos de dados, de que forma gerenciar e processar informações digitais, mas são exigidas essas habilidades, em geral, consideradas como uma responsabilidade individual. Também é importante mencionar as deficiências dos sistemas, computadores ultrapassados, internet lenta, falta de equipamentos de multimídia e equipamentos individuais para ações remotas, entre outras precariedades que dificultam e pioram as condições de trabalho.

Para Dardot e Laval (2016, p. 314), a medição do desempenho tornou-se a “tecnologia elementar das relações de poder nos serviços públicos, uma verdadeira ‘obsessão pelo controle’ dos agentes, uma fonte de burocratização e inflação normativa consideráveis”. Indicadores de desempenho das políticas, avaliação de resultados e impactos; ênfase no controle do desempenho do agente público, lógicas cotidianas no trabalho dos/as assistentes sociais.

Se são muitos os desafios para a categoria profissional, é inegável que as TICs contribuem para a desprofissionalização de assistentes sociais e servem ao modo de produção capitalista para controlar o processo de trabalho, aumentar a exploração e a produção de mais-valia. Para Santos (2023), a TRS avança na compreensão de que a produção de mais-valia depende das condições básicas para o atendimento das necessidades sociais da classe trabalhadora, sendo um processo histórico que se diferencia para cada força de trabalho

que demanda essa ordem social (precarizada, generificada, racializada, territorializada). “Portanto, as lutas que ocorrem no terreno da reprodução social são parte da luta de classes” (ibidem, p.492).

## 5 Notas conclusivas

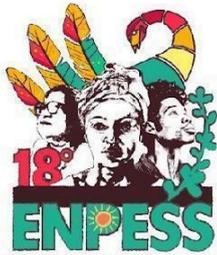
Este estudo buscou compreender o perfil profissional e a reprodução da força de trabalho das assistentes sociais no Brasil, articulando as contribuições da TRS com os dados da pesquisa CFESS (2022) e a pesquisa coletiva em andamento no PPG em Serviço Social. As análises realizadas evidenciam a centralidade do trabalho de assistentes sociais na convergência entre a produção econômica e a reprodução social, destacando como suas condições de vida e trabalho são moldadas pelas dinâmicas do capitalismo e pelas especificidades de gênero e raça.

A predominância feminina na profissão, com 92,9% das/os assistentes sociais se identificando como mulheres, reforça a necessidade de considerar as desigualdades de gênero nas análises sobre o trabalho profissional. Essas profissionais enfrentam longas jornadas de trabalho, que muitas vezes se somam às responsabilidades no espaço doméstico, refletindo a dupla carga de trabalho característica da reprodução social no capitalismo.

As condições de trabalho das assistentes sociais são marcadas pela precarização, baixos salários e intensificação do trabalho, especialmente com o avanço das TICs. O teletrabalho, que se expandiu durante a pandemia da Covid-19, trouxe novos desafios, exacerbando a sobrecarga e o estresse, ao mesmo tempo que obscurece a linha tênue que separa o trabalho remunerado e o trabalho reprodutivo não remunerado no ambiente doméstico.

A articulação da TRS com os dados do perfil profissional das assistentes sociais revela a importância de reconhecer e valorizar o trabalho reprodutivo, majoritariamente realizado por mulheres, como fundamental para a sustentação do sistema capitalista, sua continuidade e reprodução. Este trabalho, embora invisibilizado e subvalorizado, é essencial para a regeneração da força de trabalho, geração de novos/as trabalhadores/as e manutenção das condições de reprodução social da vida da classe trabalhadora.

Em suma, este estudo reafirma a relevância da TRS para a análise das profissões socialmente orientadas, como o Serviço Social, e aponta para a necessidade de um olhar crítico que considere as múltiplas dimensões da reprodução social na formulação de análises



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

historicamente situadas do trabalho profissional.

## 6 Referências

ABRAMO, L. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro** Cienc. Cult. vol.58 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2006

ANTUNES, R. **Dimensões da precarização estrutural do trabalho**. In: DRUCK, G.; *et al.* (Orgs.). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

ARRUZZA, C; BHATTACHARYA, T. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. Tradução: Camila Carduz Rocha e Clara Saraiva. **Entrevista**. Contemporânea v. 13, n. 2 p. 619-651 Maio–Ago. 2023.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em 17/07/2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo** - ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. **Boletim Especial 2024**. Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes.

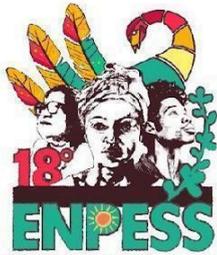
Fonte: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024/index.html?page=3>. Acesso em 20/07/2024.

FERREIRA, Verônica M. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social**: uma análise de suas tendências. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FERREIRA, Verônica M. Produção, reprodução social e a sustentação da vida humana. In: FERREIRA, Verônica M. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social** – uma análise de suas tendências. Recife: Ed. UFPE, 2020. p. 148-164.

GRECCO, Fabiana Sanches. **Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da Teoria da Reprodução Social**. Dossiê – Gênero, cuidado e famílias. v.23, n.3, Londrina – PR, set./dez, 2018.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 5a. ed. São Paulo: Cortez Editora; Lima, Peru: CELATS, 1986.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Carla Benitez; OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Diálogos feministas a partir da Teoria da Reprodução Social**: por uma concepção unitária de classe, gênero, raça e sexualidade. Revista *Germinal*, v. 15, n. 3, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RAICHELIS, Raquel. VICENTE, Damaris. ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo. Editora Cortez, Dez/2017.

SANTOS, Aila Fernanda. **Teoria da Reprodução Social**: remapear a classe, recentralizar a opressão (Tithi Bhattacharya). Revista *Germinal* 15, n. 3, p.489-497, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SANTOS, Clenivalda França. *et tal.* **Informação, conhecimento e poder: notas sobre a incorporação das TICS no trabalho de Assistentes Sociais**. In: *Nova-velha morfologia do*

14

trabalho no Serviço Social TICs e pandemia/ orgs. Raquel Raichelis, Damares Vicente, Nuria Pardillos Vieira – São Paulo: EDUC: CAPES, 2022, p. 59 a 81.